

## **António Lima | Debate do Programa do Governo | Intervenção final**

Início esta minha intervenção final em nome do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda saudando democraticamente o Sr. Presidente, todas as deputadas e deputados eleitos, o presidente do governo e os membros do Governo Regional cujo programa hoje terminamos de analisar e debater.

Este governo nasce de uma coligação de forças políticas de direita com apoio parlamentar da extrema-direita. É um governo que é uma engenhoca, tais são as diferenças entre os programas políticos dos partidos que o compõem e apoiam.

Do mesmo modo, este programa de governo é uma engenhoca mal construída.

É um programa repleto de contradições em várias áreas da governação. Elas começam logo na área social.

“As pessoas primeiro” é o lema deste programa de governo. Pessoas, desde que não sejam beneficiários do RSI, porque esses são imediatamente chamados de subsidiodependentes, como quis a extrema-direita.

Durante estes três dias de debate, o PSD, o CDS e o PPM e o próprio governo regional não se envergonharam de aplaudir o apontar o dedo aos pobres, pensando que a cláusula de respeito pelos direitos humanos que incluíram no acordo com a extrema-direita os absolve dessa atitude.

Mas já percebemos que a redução do RSI poderá nem ser para cumprir.

É que a seguir à redução do RSI, o programa de governo quer aumentar, reforçar, revitalizar, operacionalizar outros apoios sociais.

O tempo dirá qual das duas estratégias ficará para trás: se a redução do RSI ou o aumento de outros apoios sociais.

As contradições da manta de retalhos que é este programa de governo continuam na própria proposta de reforma do sistema político.

Ao mesmo tempo que faz juras de amor à Autonomia, pisca o olho ao federalismo propondo a designação de um juiz para o Tribunal Constitucional por cada região autónoma.

Para além da confusão e contradição subjacente a esta proposta, ela constitui a defesa implícita de que o Tribunal Constitucional funciona numa lógica corporativa e que ao direito se sobrepõe a força do lobby.

Mas estas contradições e confusões atingem o clímax quando se trata da democracia.

Esta maioria propõe-se atacar bases fundamentais da democracia: a representatividade e a proporcionalidade, quer através da diminuição do número de deputados deste parlamento, quer pela criação de um círculo regional para o parlamento europeu.

A engenhoca quer um governo grande e um pequeno parlamento, para satisfazer novamente a extrema-direita que vê a democracia como uma gordura a cortar.

---



I Grupo Parlamentar I



Na área económica, esta maioria espanta-nos com a clareza sobre o modelo de desenvolvimento que defende para os Açores.

A aposta do governo é apenas no setor primário, a que se junta o turismo. Todos eles setores de baixo valor acrescentado. Mais do mesmo, portanto.

Os Açores precisam de diversificar a sua economia, construindo novas bases com novos setores económicos de futuro, geradores de valor acrescentado e melhores salários.

Setores que tenham no conhecimento, na ciência e na tecnologia pilares do seu desenvolvimento.

Só assim é possível atacar a pobreza, a precariedade e fixar jovens na região.

Colocar o turismo como motor do desenvolvimento da região é um erro crasso que os Açores pagarão muito caro. Basta olhar para a região autónoma da Madeira, com um setor turístico pujante e onde o risco de pobreza é quase tão alto como nos Açores.

Isto para não falar dos riscos que constitui a dependência em demasia do turismo, tão suscetível a impactos externos, como veio a pandemia uma vez mais demonstrar.

A verdade é que o Governo até sabe disso e reconhece-o quando diz que o turismo terá uma reativação “muito morosa” no período pós-Covid.

O Governo assume que, na sua estratégia, o motor será a última coisa a arrancar!

As experiências de ensino dual que este governo quer criar encaixam que nem uma luva nesta visão de uma região pobre.

O ensino dual é mais uma forma de criar mão-de-obra barata, pouco reivindicativa e precária. A base para a manutenção de uma região atrasada e pobre.

Hoje, os nossos jovens mais qualificados, mas não só, estão a sair dos Açores para contornar a precariedade que aqui encontram. Saem também os quadros superiores e médios.

Manter este o modelo económico, como propõe este governo é continuar a perder gerações e a hipotecar o futuro dos Açores.

Nas áreas que podem dar um impulso de mudança aos Açores, como a ciência e tecnologia, o programa de governo é uma total confusão.

O governo quer criar uma entidade espacial regional, entidade esta que já existe desde maio de 2019 e é tão somente o departamento do Governo Regional com competência em matéria de ciência e tecnologia;

No mar, a confusão é visível quando se quer fazer crer que a escola do mar terá produção científica. Ou será que estamos a falar de outro projeto?

O Observatório do Atlântico é, segundo este governo, para continuar a desenvolver, quando ainda nem sequer existe.

---

Os Governos do Partido Socialista criaram a imagem de que a ciência e tecnologia estavam em grande desenvolvimento.

Agora esta maioria quer surfar a onda quando o mar está calmo.

Com a política desenvolvida até aqui, os Açores servem essencialmente como base de instalação de equipamentos, fazendo uso da nossa posição geoestratégica. Ficamos apenas com as migalhas do valor gerado.

Noutras áreas o Governo está a preparar um novo paradigma de negócios para amigos pagos pelo erário público.

Pretendem que a EDA compre energia produzida por produtores privados, mesmo que dela não precise. Produtores cujos projetos são subsidiados quiçá com estatuto de PIR e benefícios fiscais durante cinco anos.

É um novo modelo de negócio que se abre, sempre com rendas garantidas para os amigos.

Também na saúde, aproveitando o estado debilitado do Serviço Regional de Saúde, quer este governo apresentar o setor privado como salvador da saúde dos açorianos.

A concretizar-se, essa política será a morte lenta do Serviço Regional de Saúde.

A canalização de recursos para o setor privado degradará progressivamente o SRS. Este não precisa que a sua capacidade seja esgotada, como defende o Governo, precisa que seja largamente aumentada para responder às necessidades dos açorianos e açorianas!

No ambiente, a indignação de um dos partidos da engenhoca com a incineradora esfumou-se com a sua ida para o Governo.

Quem nos dera que tivesse tido o Governo a mesma convicção em parar a incineradora de São Miguel do que teve para extinguir o GACS!

Mas no caso da incineradora, valores e interesses superiores se levantam e os negócios não são para estragar assim. Tão assim é que hoje se adjudicou a construção da incineradora.

Na agricultura, por detrás da lógica da competitividade que o governo apresenta, esconde-se a aposta na agricultura intensiva mesmo que no meio se coloque a palavra ecológica para disfarçar.

Na agricultura intensiva nunca poderemos ser competitivos e o governo cavará mais fundo a crise do setor.

No bem-estar animal a pobreza da proposta e do discurso indiciam total estagnação.

Mas o debate do programa de governo também nos revelou que este governo parece ansioso por dar más notícias, como se a crise por que passamos não fosse suficiente.

O governo procurou antecipar uma decisão desfavorável da Comissão Europeia relativamente aos aumentos de capital da SATA que ainda estão em investigação.

---



I Grupo Parlamentar I



Para além dos dividendos políticos que quer no imediato tirar, parece este governo da engenhoca ansioso por uma decisão fatal que lhe dê o pretexto para deitar fora as promessas e o programa que apresentou a esta assembleia.

É, por isso, um governo que não quer lutar pelos Açores mas sim lutar pela sua sobrevivência política.

Este é um governo com estranhas relações de poder que inviabilizam qualquer estratégia setorial.

É exemplo destas estranhas relações a doação, na orgânica do governo, da gestão da aerogare civil das Lajes à vice-presidência enquanto todas as outras aerogares que pertencem à região ficam na tutela dos transportes.

Relembro que a vice-presidência tem a tutela da solidariedade social e não dos transportes.

Cria-se assim a donataria das Lajes da ilha Terceira sob a livre administração da vice-presidência.

As políticas erradas e contraditórias que se cozeram para fazer uma espécie de programa de governo anulam-se, contradizem-se e rasgam setores a meio.

Com este programa e este governo, os Açores andarão aos supetões, por vezes sem rumo, outras tantas para trás.

Há quatro meses o Bloco de Esquerda fazia oposição a um governo de maioria absoluta do Partido Socialista, criticando os seus erros e as suas cedências aos poderosos.

Hoje, perante um Governo de todas as direitas continuaremos a ser a oposição que não mudou de sítio, nem de política e que continua a defender quem trabalha, os de baixo, a sustentabilidade ambiental e o progresso e desenvolvimento dos Açores.

Não é este programa de governo que defendemos para os Açores. Votaremos contra o programa do XIII Governo Regional.

Horta, 11 de dezembro de 2020